

As Bibliotecas Portuguesas na Sociedade da Informação

Maria José Moura
Vice-Presidente do
Conselho Superior de Bibliotecas

Resumo

Refere-se a evolução das bibliotecas portuguesas e dos seus diferentes sectores, na última década. Abordam-se as tendências da convergência e globalização no domínio da informação e o impacto que se prevê venham a ter na nossa sociedade e, portanto, nas bibliotecas. Apontam-se, também, algumas das linhas de força que atravessam o debate, que se realiza nos nossos dias, sobretudo no contexto europeu, motivado pelo desenvolvimento do multimédia e das tecnologias da informação e comunicação. Refere-se depois a participação portuguesa no Programa "*Telematics for Libraries*" - de que o C.S.B. é o Ponto de Convergência Nacional - assim com os desafios que nos trazem os novos paradigmas da sociedade da informação.

Abstract

We refer to the evolution of the Portuguese Libraries and their different sectors, in the last decade. We deal with the convergence and globalisation trends in the information field, as well as the impact we expect they will have on our society and, therefore, on the libraries. Furthermore, we point out some of the main trends in the debate that is being held now-a-days, especially in the European context, motivated by the development of the multimedia and information and communication technologies. Then, we refer to the Portuguese participation in the "Telematics for Libraries" Programme - of which the Portuguese High Council for Libraries (Conselho Superior de Bibliotecas) is the National Focal Point - and the challenges with which we are presented by the new paradigms of the information society.

Quando se lança um olhar retrospectivo para o sector das Bibliotecas e da Informação,

em Portuga], abarcando a última dezena de anos, somos forçados a reconhecer que foram feitos largos progressos, muito embora estando ainda longe do que todos gostaríamos, tendo sobretudo em consideração o atraso com que partimos, face aos países mais desenvolvidos.

Como já afirmámos noutras circunstâncias, referindo a indiferença quase generalizada com que dantes, entre nós, era (des)entendida a informação e mal avaliada a sua importância estratégica, esse facto indesmentível era, simultaneamente, um espelho do nosso subdesenvolvimento e um dos motivos do mesmo.

Essa patente relação de causa/efeito continua hoje bem visível mas já, felizmente, noutros estimulantes patamares de progresso generalizado.

Consideramos de inteira justiça reconhecer, neste momento, o lúcido e persistente esforço de varias gerações de profissionais - que muito contribuíram para essa alteração de mentalidades, de concepção e de práticas - aqui representados pela sua Associação, que festeja um quarto de século de existência, a qual felicitamos, aproveitando para agradecer, em nome do Conselho Superior de Bibliotecas, o convite para partilhar hoje convosco estas breves reflexões.

Após a abertura democrática do nosso país, ainda foi necessário aguardar os últimos três anos da década de 80 para que se verificassem grandes alterações qualitativas nalguns sectores das bibliotecas portuguesas.

Desde logo e começando pelo topo do sistema, a informatização dos serviços da Biblioteca Nacional e a constituição da PORBASE-Base Nacional de Dados Bibliográficos em que passaram a cooperar dezenas de instituições, - hoje cerca de 140 - de diferentes dimensões e áreas temáticas, assinala um enorme progresso, que só poderá ser devidamente avaliado por quem conseguir recordar-se do que antes ocorria...

A PORBASE tem hoje quase 1 milhão de registos - sobretudo de monografias, em língua portuguesa e do séc. XX, mas contemplando outras áreas linguísticas e demais material impresso - e cresce em média 100.000 registos/ano.

A bibliografia nacional corrente, cujo catálogo público em linha é de acesso livre e gratuito desde 1988, quando deixou de publicar-se o respectivo Boletim, passou a ser difundida também em cd-rom, actualizado semestralmente, e encontra-se já disponível na Internet, durante o período diurno.

Em todo o país, 13 instituições possuem actualmente uma ligação permanente ao sistema e mais de uma centena envia-the em disquete os seus registos, usando uma parametrização própria do software CDS/ISIS, de que é distribuidora em Portugal.

Tendo tido desde há 10 anos uma sistemática actividade de formação neste último domínio, em nosso entender é, porém, na promoção da normalização, e muito em especial do formato Unimarc, que mais fecundo se tem mostrado o seu trabalho como Agência Bibliográfica Nacional.

Também o Catálogo Colectivo de Publicações Periódicas Contidas em Bibliotecas Portuguesas editado pelo então Instituto Nacional de Investigação Científica, foi colocado em linha em 1989 e, actualmente da responsabilidade da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, encontra-se disponível na Internet e em cd-rom. Cobrindo mais de 500 bibliotecas, em particular universitárias e especializadas, constitui um instrumento de trabalho importante para professores e investigadores e uma ferramenta de apoio para as bibliotecas.

Noutro sector - o das Bibliotecas Públicas - tinha sido lançado, em 1987, um Programa de apoio técnico e financeiro, que veio a revelar-se como um estímulo eficaz e decisivo para a criação da respectiva Rede, resultado do esforço conjunto e verdadeiro trabalho de parceria com as Autarquias Locais, - hoje 145 - que continua a ser observado com grande interesse em várias latitudes.

O projecto de criação de bibliotecas municipais tinha como objectivo inicial conquistar novos públicos para o livro - considerado em crise - e através da multiplicação dessas infraestruturas, até aí inexistentes, melhorar os índices de leitura, combater o analfabetismo, promover a actividade cultural.

Mais recentemente, o Projecto evoluiu com maior ambição, centrada sobretudo na utilização das tecnologias da informação e comunicação, integrando as novas funções das bibliotecas públicas no amplo contexto da vida local, correspondendo às exigências dos cidadãos nas suas múltiplas vertentes, e não só a estritamente cultural.

Também quanto às Bibliotecas Escolares, os últimos tempos têm trazido sintomas de uma mudança há muito aguardada pelos profissionais e por todos considerada como fundamental, inclusivamente na consolidação do progresso nos restantes sectores.

No âmbito do Ministério da Educação, com a colaboração do Ministério da Cultura, foi em 1996 constituído um Gabinete que é responsável pelo Projecto de instalação de pequenas unidades nas Escolas, contando com o apoio das Bibliotecas Municipais e um financiamento específico que se espera venha a ser aumentado nos próximos anos. Porém, em nosso entender, mais ainda do que às infraestruturas físicas e colecções adequadas, será a atenção prestada à formação de profissionais que ditará o êxito ou relativo fracasso do projecto

Relativamente às Bibliotecas Universitárias, é sabido que há dez atrás já eram detentoras de importantes colecções e tinham ao seu serviço um número de profissionais muito mais elevado do que nos outros sectores, mas a verdade é que aqueles ainda hoje se revelam extremamente insuficientes e os fundos bibliográficos pouco acessíveis, sobretudo por carências organizativas, de recursos humanos e tecnológicos.

A grande pulverização que as caracteriza - e a que só nas "*novas*" Universidades públicas se tentou escapar, nem sempre com inteiro sucesso - e o facto de nunca, mesmo antes da lei de autonomia universitária, terem sido dotadas de uma estrutura de coordenação ou de financiamento específico a nível nacional, tornou impossível o respectivo planeamento e que se conseguissem desenvolver em consonância com as crescentes exigências do ensino e da investigação. É sintomático verificar, por exemplo, que durante muitos anos não foram construídas novas instalações e, até há pouco, raras tinham adquirido sistemas informáticos de gestão integrada, embora quase todas tenham operado a reconversão dos seus catálogos, pelo menos das aquisições mais recentes, utilizando a parametrização PORBASE do CDS/ISIS, o que já representou um grande progresso, antecedendo as actuais tentativas de cooperação

e racionalização de recursos.

Por outro lado, deve assinalar-se que o aparecimento de muitas instituições do ensino superior privado não foi acompanhado da necessária criação de infraestruturas de informação especializada, em número e qualidade correspondentes a essa verdadeira explosão, o que foi agravar ainda mais a pressão de novos utilizadores nas instituições existentes.

Nos últimos tempos detectaram-se, porém, sinais evidentes de grandes mudanças neste sector, em diferentes aspectos, não obstante os recursos humanos continuarem escassos. Fazendo uso de alguns financiamentos disponíveis, foram já construídas várias bibliotecas em instituições universitárias ou politécnicas - nem sempre, é certo, programadas com eficiência - e têm estado a ser adquiridos sistemas informáticos que se espera venham em breve contribuir para alterar profundamente a situação. Finalmente, ainda e sempre devido à continuada e persistente acção dos-seus bibliotecários, o CRUP decidiu agora formalizar uma estrutura de coordenação que há tanto se reclamava como indispensável. Espera-se, pois, que a RUBI - Rede Universitária de Bibliotecas e Informação - signifique novos métodos de trabalho, cooperação institucional e melhores serviços aos utilizadores, permitindo uma integração plena nas redes nacionais e internacionais e uma assumpção estratégica da importância do seu contributo para uma política de informação, a nível nacional.

Esta expectativa é tanto mais importante, quanto se sabe que, na área das Bibliotecas Especializadas, as unidades de informação universitárias são as mais relevantes, visto que não há, no nosso país, significativos financiamentos das empresas privadas, nem em geral muita tradição neste sector, se exceptuarmos nalguns casos a banca, as fundações, assim como alguns laboratórios e departamentos estatais.

Nos próximos dias certamente irá ser analisada nesta Conferência, e com muito maior desenvolvimento e adequação, a problemática dos diferentes sectores, que aqui nos limitámos a abordar genericamente, tentando compor, em traços largos, o pano de fundo da última década, sobre o qual as bibliotecas portuguesas são hoje compelidas a interagir para poder enfrentar o desafio da Sociedade da Informação e - sem perder de vista a sua função estratégica - rumo à Sociedade do Conhecimento.

Por vezes, assistisse ao debate, mesmo entre profissionais, sobre a sua existência futura, ao questionar do papel do bibliotecário ou até se as bibliotecas continuarão a fazer sentido. A não ser que se persista, perante a mudança, numa visão conservadora, defensiva e imobilista, a resposta só pode ser positiva. Mas, para isso, torna-se urgente desenvolver qualificações e, ante de mais, atitudes, cujas palavras-chave são inovação, protagonismo consciente, atenção ao mundo envolvente, suficiente conhecimento das tecnologias disponíveis para melhor as colocar ao serviço das comunidades de utilizadores, o que implica o estudo regular das suas necessidades e uma gestão eficiente dos recursos.

Face a uma disponibilidade aparentemente quase sem limites, é cada vez mais importante saber seleccionar e validar as fontes, organizar a informação segundo normas reconhecidas, criar os instrumentos melhor adaptados à sua utilização e avaliar sistematicamente os resultados. Nada afinal que os Bibliotecários não estejam habituados a praticar! Só que a velocidade das alterações registadas e a sua profundidade são hoje incomparáveis com o que se passou não já só no último século, mas até na década anterior.

Por isso, e se não é fácil prever todo o impacto futuro, nas nossas bibliotecas dos fenómenos de globalização e convergência, julgamos inquestionável que elas terão de evoluir e adaptar-se, integrando-se numa estratégia comum, assegurada a nível nacional pelos decisores políticos mas que implica toda a sociedade moderna e democrática que nos prezamos de ser.

Os vulgarizados computadores pessoais, redes de informação - como a Internet - telecomunicações, multimédia, televisão digital e produtos *off* ou *on Une* são já hoje realidades que convergem cada vez mais e estão a modificar profundamente a nossa vida, em aspectos tão variados como a investigação, a educação e a aprendizagem ao longo da vida, a saúde, a administração pública, o emprego e o tele-trabalho, o comércio electrónico e a vida das empresas em geral, assim como o entretenimento, a comunicação e a fruição cultural. Mas as auto-estradas da informação que até nós trazem o mundo, em sentido contrário têm de levar igualmente as nossas realidades, valorizar produtos e serviços que beneficiem a economia portuguesa, a par da língua, da arte e da cultura que nos identificam como povo. E há, desde logo, que conhecer os limites e prevenir os perigos - por exemplo da falta da regulamentação - e permanecer

atentos na defesa de direitos: à informação, compatibilizando-o com o da propriedade intelectual, à privacidade dos cidadãos, dos indivíduos enquanto consumidores, do *"serviço universal"*, das minorias e das pessoas com deficiências, combatendo novas exclusões sociais, à democracia participativa que não se compadece com manipulações e desvios.

Por outro lado, será que a referida convergência dos sectores das telecomunicações, dos media e das tecnologias da informação vai trazer o crucial aumento de emprego, implicando um significativo apoio aos 15 milhões de PME's europeias e sobretudo um contributo para a coesão social, colocando de facto *"as pessoas primeiro"*?

Pretendemos exemplificar, tão só, alguns aspectos duma temática muito vasta que é hoje debatida, nas suas vertentes tecnológica, sociológica e política, em variadíssimas instâncias nacionais e internacionais e de que podemos, nomeadamente, dar testemunho pessoal no *information Society Fórum*, da iniciativa do Comissário Europeu Martin Bangmann, e que funciona desde 1995 em Bruxelas.

Em Portugal, o levantamento e debate dessa problemática têm sido sobretudo promovidos pela Missão para a Sociedade da Informação, através da organização de muitos colóquios e seminários e proposta de um projecto que foi já concretizado, "A Internet nas Escola",

Só após o Tratado de Amesterdão, a União Europeia estendeu mais visivelmente as suas preocupações à vertente cultural, como se vai notando nos actuais programas da DGX. Mais concretamente, quanto às bibliotecas, isso foi patente por exemplo no Relatório Morgan, da Comissão de Cultura do Parlamento Europeu.

Mas foi sobretudo no âmbito do 4º Programa-Quadro - e espera-se que também no 5º, agora em debate - que a DGXIII, através do *Telematics for Libraries*, apoiou múltiplos projectos de inovação neste domínio, no qual é de assinalar, desde o início, a participação portuguesa, de relativa importância, envolvendo a Biblioteca Nacional, o IPLB e várias bibliotecas públicas, algumas universitárias e o INESC.

O referido Programa será, porém, abordado em profundidade nesta sessão, pela própria representante da DGXIII, pelo que julgámos dispensável alongar-nos em considerações relativas ao que foi conseguido neste domínio da cooperação

internacional, considerado por alguns de certa complexidade, como seria de esperar face aos nossos condicionalismos - já anteriormente focados - mas bastante estimulante e enriquecedor em termos do desenvolvimento de metodologias e de intercâmbio de experiências com os nossos parceiros, a nível internacional, visto que internamente se revelou difícil sobretudo motivar as empresas para estas iniciativas, havendo no entanto indícios de que, perante as novas realidades da convergência e da globalização, isso possa vir a alterar-se nos próximos tempos.

Enfim e neste quadro, cumpre-nos lembrar que o Conselho Superior de Bibliotecas desempenha as funções de *National Foca! Point*, que tem sido aliás o trabalho de maior relevo da respectiva Comissão Executiva, sobretudo a partir do momento em que entrou em fase de reestruturação, no âmbito da nova orgânica do Ministério da Cultura.

Março 98